7. Caso a pesquisa de fornecedores por meio de sistema eletrônico não tenha localizado, no mínimo, 3 (três) fornecedores ou tenha se constatado a insuficiência de evidências para qualificar a pesquisa de preços, a pesquisa foi complementada com o envio da consulta diretamente aos fornecedores? (art. 29, § 5º, do Decreto n.º 48.816/23)	
8. Na hipótese de consulta direta a fornecedores, foram observados os requisitos do art. 29, § 5º, do Decreto n.º 48.816/23, a saber:	
8.1 Foram consultados os seguintes fornecedores: (Orientação Administrativa nº 18 - PGE - item 1.2)	
8.1.1 Os registrados nos cadastros de fornecedores utilizados pelo Estado não consultados na forma do art. 29, § 4º (ex.: SIGA; Sicaf etc.)?	
8.1.2 Os que tenham fornecido o objeto à Administração estadual?	
8.1.3 Os que tenham manifestado interesse ou disponibilidade, por qualquer meio?	
8.2 Na consulta a fornecedores não listados no item 8.1, as fontes foram registradas nos autos?	
8.3 O e-mail ou ofício solicitando cotação:	
8.3.1 Anexou o termo de referência/projeto básico atualizados?	
8.3.2 Registrou a data do envio e o prazo para recebimento da resposta?	
8.3.3 Informou claramente a integralidade dos objetos de todos os lotes da licitação? (Orientação Administrativa nº 18 - PGE - item 1.2.2)	
8.3.4 Informou que os fornecedores podem cotar, na fase de pesquisa de preços, somente um ou alguns itens, seja de apenas um ou mais lotes? (Orientação Administrativa nº 18 - PGE - item 1.2.2)	
8.4 Foi atestado que as cotações remetidas contêm os elementos mínimos fixados no art. 29, § 5º, III, do Decreto n.º 48.816/23?	
8.5 O fornecedor consultado foi registrado no sistema eletrônico de contratações, assim como as informações relativas à sua proposta? (art. 29, § 6º, do Decreto n.º 48.816)	
9. Em se tratando de contratação direta, a consulta direta a fornecedores na forma do art. 29, § 5º, do Decreto n.º 48.816/23 observou: (art. 29, § 7º, do Decreto n.º 48.816/23)	
9.1 O sigilo das propostas, que devem ser abertas simultaneamente após o prazo do art. 29, § 4º, "b", do Decreto n.º 48.816/23 (de 5 a 60 dias corridos)?	
9.2 Propostas apresentadas com assinatura digital ou em formato de arquivo digital capaz de assegurar a inalterabilidade do conteúdo e da data e horário em que foram gerados?	
10. Consta manifestação fundamentada com a análise crítica de cada preço obtido: (art. 30, §5º, do Decreto n.º 48.816/23 e OA nº 18, item 3)	
10.1 Quanto ao aspecto formal, a exemplo de:	
10.1.1 Identificação da empresa?	
10.1.2 Isonomia da empresa?	
10.1.3 Compatibilidade da atividade da empresa com o objeto da licitação, na forma do § 8º do art. 29 do Decreto n.º 48.816/23?	
10.2 Quanto ao conteúdo:	
10.2.1 Foi atestada, quanto a cada preço encontrado, a similaridade das condições de oferta e de contratação praticadas com as especificações do objeto, na forma do art. 28 do Decreto n.º 48.816/23?	
10.2.2 Foram constatados valores inexequíveis ou excessivamente elevados, considerando o panorama de mercado encontrado? (Orientação Administrativa nº 18 - PGE - item 3.)	
10.2.3 No caso de constatada grande variação entre os valores apresentados, a análise crítica foi robustecida? (art. 30, § 5º, do Decreto n.º 48.816/23)	
11. No cálculo do preço de referência: (art. 30 do Decreto n.º 48.816/23)	
11.1 Foram descartados os preços que: (i) não refletem a realidade de mercado; (ii) apresentam grande variação em relação aos demais; ou (iii) são inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados? (art. 30, § 4º, do Decreto n.º 48.816/23)	
11.1.1 Em caso positivo, foi apresentada justificativa técnica, a partir de critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, para o afastamento de cada preço? (art. 30, § 4º, do Decreto n.º 48.816/23)	
11.2 Foram considerados, no mínimo, três preços válidos?	
11.2.1 Caso tenham sido utilizados menos de três preços válidos, houve justificativa pelo gestor e aprovação da autoridade competente?	
11.3 Aborda todos os preços coletados, bem como os de conhecimento da Administração (OA PGERJ nº 18 - item 4.1), sendo estes ou aproveitados ou expressa e formalmente desconsiderados de forma detalhadamente motivada, conforme §§ 4º, 5º e 6º do art. 30 do Decreto n.º 48.816/23?	
11.4 Foram utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores como metodologia? (art. 30, caput, do Decreto n.º 48.816/23)	
11.4.1 Se adotados critérios ou métodos para a obtenção de preço de referência diferentes dos previstos no caput do art. 30 do Decreto n.º 48.816/23, foi apresentada justificativa pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente? (art. 30, §§ 6º e 7º, do Decreto n.º 48.816/23)	
11.4.2 O RAPP demonstra o tratamento estatístico aplicado à amostra de preços?	
11.5 Se utilizada para a estimativa do preço exclusivamente a composição de custos unitários com base nos sistemas oficiais de governo (art. 29, I), o valor é igual ou inferior à mediana do item nos sistemas consultados? (art. 30, § 8º, do Decreto n.º 48.816/23)	
12. Caso se trate de hipótese de contratação de serviços, houve o detalhamento do orçamento estimado em planilhas, que expressem a composição dos custos unitários? (art. 31 do Decreto n.º 48.816/23)	
12.1 No caso de a natureza do objeto a ser contratado ter tomado inviável ou desnecessário esse detalhamento, houve justificativa no processo? (art. 31 do Decreto n.º 48.816/23)	
13. Na hipótese de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação: (art. 32 do Decreto n.º 48.816/23)	
13.1 Contemplou o valor máximo global e mensal estabelecido?	
13.2 Considerou na composição dos preços os seguintes elementos:	
13.2.1 Os custos dos itens referentes ao serviço?	
13.2.1.1 Em caso negativo, foi motivadamente dispensada, na forma do art. 32, I, do Decreto n.º 48.816/23?	
13.2.2 Contratações similares ou valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes?	
13.2.3 Previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas, principalmente regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço?	
14. No caso de contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, se não foi possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 29 do Decreto n.º 48.816/23, o interessado comprovou que os preços estão conformes com os praticados em contratações similares de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais ou faturas emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, acompanhados de documentos formais hábeis a verificação da similaridade entre as contratações? (art. 36 do Decreto n.º 48.816/23)	
14.1 Se a justificativa de preço foi realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, sem apresentação de notas fiscais ou faturas:	
14.1.1 Trata-se da hipótese em que a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente?	
14.1.2 Foram apresentadas especificações técnicas capazes de demonstrar a similaridade com o objeto pretendido?	
15. No caso de dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, I e II, da Lei n.º 14.133/21), exceto obras e serviços de engenharia, foram observados os requisitos do art. 37 do Decreto n.º 48.816/23 relativamente a estimativa de preço?	
16. Consta o Relatório Analítico de Pesquisa de Preços - RAPP? (art. 42 do Decreto n.º 48.816/23)	
16.1 O documento está assim denominado (Relatório Analítico de Pesquisa de Preços - RAPP) na árvore de documentos do processo SEI?	
16.2 O RAPP apresenta todos os requisitos do art. 42 do Decreto n.º 48.816/23?	
16.3. O RAPP foi elaborado por servidores da área de contratação do órgão/entidade? (art. 43 do Decreto n.º 48.816/23)	
16.3.1 Caso o RAPP não tenha sido elaborado por servidores da área de contratação, houve justificativa? (art. 43 do Decreto n.º 48.816/23)	
16.4 Há identificação do(s) servidor(es) responsável(is) pela elaboração de cada etapa da pesquisa e pelo seu resultado?	

Id: 2579595

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 5107 DE 11 DE JUNHO DE 2024

APROVA A LISTA DE VERIFICAÇÃO (CHECKLIST) PARA UTILIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO PARTICIPANTE.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e pelo que consta no Processo nº SEI-140001/035808/2024, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo (art. 176 da Constituição Estadual),
- que o art. 49, §2º, do Decreto nº 48.816/2023, bem como o art. 1º da Resolução Conjunta PGE/SEPLAG nº 187/2021, estabelecem que a lista de verificação (checklist) - a ser preenchida pelo gestor com base nos modelos aprovados e disponibilizados pela Procuradoria Geral do Estado - é requisito obrigatório de instrução da fase preparatória das contratações, e
- a necessidade de edição de listas de verificação (checklists) que observem as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

- Art. 1º - Fica aprovada a lista de verificação (checklist) para utilização de Ata de Registro de Preços (ARP) por órgão participante, na forma do Anexo Único.
- Art. 2º - Caberá à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15) promover a sua divulgação na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.
- Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Resolução deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.
- Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2024

RENAN MIGUEL SAAD
Procurador-Geral do Estado

CHECKLIST

CONTRATAÇÃO PELO PARTICIPANTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo SEI nº: _____

O preenchimento do presente checklist será realizado na forma da Resolução Conjunta PGE/SEPLAG nº 187, de 14 de dezembro de 2021, ou da norma que vier a substituí-la. Segundo seu art. 1º, a lista de verificação (checklist) é item obrigatório da instrução processual e deve ser juntada aos autos previamente à remessa para análise do órgão jurídico.

Este checklist tem por objetivo auxiliar os gestores na revisão das condições a serem observadas nas contratações decorrentes de Atas de Registro de Preços formadas com base na Lei nº 14.133/21, no Decreto nº 48.843/23 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços - SRP) e no Decreto nº 48.816/23 (que regulamenta a fase preparatória).

A fase preparatória da licitação para formação da ata de registro de preços, assim como o uso da ata de registro de preços por órgão não-participante, devem ser conferidos por meio de checklists próprios.

Em breve síntese, há três tipos de órgãos no sistema de Registro de Preços: Órgão gerenciador, Órgão participante e Órgão não-participante.

Órgão participante é aquele que manifesta seu interesse em participar, desde o momento inicial, da solução do registro de preços, indicando os quantitativos que pretende adquirir e integrando a ata dele decorrente (art. 2º, V, do Decreto nº 48.843/23).

Órgão não-participante, também conhecido por "carona", é o órgão ou entidade que, embora não tenha participado originalmente da formação de um determinado registro de preços e não integre a ata dele decorrente, pode pleitear aderir à ata (arts. 2º, VI, e 33 do Decreto nº 48.843/23).

A aplicação do checklist não dispensa a análise acurada de todos os documentos do processo. As Notas Explicativas, quando existentes, podem ser excluídas quando da juntada do checklist preenchido ao processo.

CONTRATAÇÃO PELO PARTICIPANTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	Sim / Não / Não se aplica	Doc. SEI (com indicação da fl./pará-grafo onde está a info., em arquivos com múltiplas folhas)
DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E DAS CONDIÇÕES INICIAIS		
1. A requisição da demanda foi produzida por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis com indicação do ID funcional? (art. 12, I, da Lei n.º 14.133/21 c/c 19, §1º, da Lei n.º 5.427/09)		
2. A requisição é instruída com a memória de cálculo dos quantitativos demandados? (Parecer ASJUR/SECC n.º 21/2023 - FMF)		
3. O órgão/entidade contratante consta como participante no Registro de Preços? (art. 18, III, do Decreto n.º 48.816/23)		
4. A Ata de Registro de Preços - ARP se encontra em vigor? (arts. 16, XIII e 20 do Decreto n.º 48.843/23)		
5. Observou a quantidade máxima de aquisições prevista na ARP para o participante? (art. 82, I, da Lei n.º 14.133/21)		
6. Foram anexados o edital acompanhado dos documentos que o integram, a ARP e a minuta de contrato ou instrumento equivalente? (Parecer ASJUR/SECC n.º 21/2023 - FMF)		
DO FORNECEDOR CADASTRADO E REQUISITOS DE PROSSEGUIMENTO		
7. Foi atestado que o fornecedor é o único contratado para a execução de um mesmo serviço, no mesmo local? (art. 16, XV, do Decreto n.º 48.843/23)		
8. Caso tenha sido verificada a existência de outro fornecedor contratado para a execução de um mesmo serviço, no mesmo local, houve justificativa expressa na forma do art. 49 da Lei n.º 14.133/21? (art. 16, XV, do Decreto n.º 48.843/23)		
9. No caso de mais de um fornecedor cadastrado, observou a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação? (art. 6º, XII, do Decreto n.º 48.843/23)		
10. Foram observadas, caso existentes, as condições fixadas no edital e na ata cujo cumprimento deva ser verificado no momento da contratação? (por exemplo, existência de programa de integridade)		
11. Consta autorização para a contratação por parte da autoridade competente, na forma do art. 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, observadas as delegações eventualmente existentes? (art. 27 do Decreto n.º 48.816/23)		
ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PESQUISA DE PREÇOS		
12. Caso o gerenciador não tenha atualizado os preços da ata, na forma do art. 6º, VIII, "c", do Decreto n.º 48.843/23 (seis meses), foi realizada pesquisa de mercado pelo participante? (art. 8º do Decreto n.º 48.843/23) *Para verificação da regularidade da pesquisa de preços deve ser aplicado checklist próprio.		
13. Caso a licitação tenha sido realizada por grupo de itens, e se pretenda contratar item específico, após decorrido o prazo de 180 dias desde a data de assinatura da ata, foi realizada a pesquisa de preços pelo participante? (art. 14, § 2º, do Decreto n.º 48.843/23) *Para verificação da regularidade da pesquisa de preços deve ser aplicado checklist próprio.		
DAS CONDIÇÕES FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIAS		
14. Foi certificada a disponibilidade orçamentária para a realização da despesa? (art. 44 do Decreto n.º 48.816/23 e art. 11 do Decreto n.º 48.843/23)		
15. O Ordenador de Despesas, autoridade com competências previstas no art. 82 da Lei n.º 287/79, autorizou a reserva orçamentária e declarou sua adequação? (art. 46 do Decreto n.º 48.816/23)		
16. Quando se tratar de despesa que não se encerre no próprio exercício da contratação, atestou-se a sua compatibilidade com o Plano Plurianual? (art. 44, parágrafo único, do Decreto n.º 48.816/23)		
17. Caso a contratação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras implique a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, o Ordenador de Despesas: 17.1 ratificou as informações quanto à estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes? (art. 45, I, do Decreto n.º 48.816/23) 17.2 ratificou que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, bem como compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? (art. 45, II, do Decreto n.º 48.816/23) 17.3 aprovou a continuidade do procedimento?		
DAS CONDIÇÕES E DO INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO		
18. Foi verificado se o fornecedor registrado na ARP mantém todas as condições de habilitação exigidas no edital da licitação? (art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21)		
19. Há certificação de que a minuta de contrato utilizada, ou instrumento equivalente, está em conformidade com aquela constante do edital de licitação?		
20. Há assinatura e ID funcional do servidor responsável pela elaboração da minuta submetida para assinatura? (art. 19, §1º, da Lei estadual nº 5.427/09)		
ORIENTAÇÕES FINAIS		
*O contrato deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata (art. 23, parágrafo único, do Decreto n.º 48.843/23).		
* É facultada a remessa dos autos do processo ao órgão de assessoramento jurídico com o fim de dirimir dúvida jurídica específica. (art. 1º, Parágrafo Único, Resolução PGE nº 5059, de 12 de março de 2024)		

Id: 2579861

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃO**

**DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 09.07.2024**

PROCESSO Nº SEI-140001/031839/2024 - MONICA REGINA SILVA E GOMES - Analista Processual - Id. Funcional nº 5025946-6. Louvada na manifestação da Comissão de Adicional de Qualificação ao SEI 77069762 e em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução PGE nº 2.897/2010, INDEFIRO a concessão do Adicional de Qualificação.

Id: 2579810

**AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS**

Secretaria de Estado da Casa Civil

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 071/2024 (DTP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a AQUACON CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LIMITADA-EPP.
OBJETO: Contratação de consultoria para modelagem hidráulica baseada em Dinâmica de Fluidos Computacional (CFD) para a Nova Elevatória da Zona Rural (NEZR) - Guandu.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 01/07/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-150017/003163/2024 (Dispensa de Licitação - DL nº 001/2024 - DTP).

Id: 2579492

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 169/2022 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a SUMATEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - EM RECUPE-RAÇÃO JUDICIAL.
OBJETO: Para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 169/2022 (DSG).
PRAZO: Sem prazo.
VALOR: R\$ 263.753,10 (duzentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e três reais e dez centavos).
DATA DE ASSINATURA: 05/07/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.356/2020 (Pregão Eletrônico - PE nº 660/2022).

Id: 2579488

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 006/2020 (DRI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a GREEN BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA.
OBJETO: Para promover a Rerratificação com redução quantitativa de itens da planilha orçamentária.
PRAZO: Sem prazo.

Id: 2579494

VALOR: R\$ 340.724,34 (trezentos e quarenta mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-07/100.514/2019 (Pregão Eletrônico - PE 658/2019).

Id: 2579489

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 080/2022 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a SUMATEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - EM RECUPE-RAÇÃO JUDICIAL.
OBJETO: Para promover a renovação contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 99.360,00 (noventa e nove mil trezentos e sessenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 08/07/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.497/2020 (Pregão Eletrônico - PE nº 619/2022).

Id: 2579490

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 108/2022 (DTP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e o CONSÓRCIO EBSE - HYDROSTEC.
OBJETO: Para promover a prorrogação do prazo de execução dos serviços.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR: Sem valor.
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.675/2020 (Licitação Interna - LI nº 015/2021).

Id: 2579491

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 058/2021 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a LIMPATEX-RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: Para promover a renovação contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 13.464.000,00 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.338/2020 (Pregão Eletrônico - PE nº 623/2021).

Id: 2579493

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 07 ao Contrato CEDAE nº 105/2020 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a SUMATEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - EM RECUPE-RAÇÃO JUDICIAL.
OBJETO: Para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato CEDAE nº 105/2020 (DSG).
PRAZO: Sem prazo.
VALOR: R\$ 1.239,00 (um mil, duzentos e trinta e nove reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/07/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-07/100.783/2019 (Pregão Eletrônico - PE 635/2020).

Id: 2579494

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 023/2023 (DTP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a OEI S.A.
OBJETO: Rerratificação de itens da planilha orçamentária, com acréscimo e supressão de valores.
PRAZO: Sem prazo.
VALOR: R\$ 420.707,47 (quatrocentos e vinte mil, setecentos e sete reais e quarenta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.353/2021 (Procedimento Licitatório - LI nº 014/2021).

Id: 2579495

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 036/2022 (DTP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, e a SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.
OBJETO: Promover a renovação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 709.367,87 (setecentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 03/07/2024.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI E-12/800.230/2021 (Pregão Eletrônico nº 658/2021).

Id: 2579496

Programa de leitura mais leitura. Ler é o maior barato!

Programa de cunho sociocultural da IOERJ, que promove a democratização do acesso à leitura.

Livros novos R\$2,00 até 9h

Dentro de um livro a gente encontra mais que histórias, encontra cidadania.

programamaisleitura
maisleitura@ioerj.rj.gov.br

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO